



Nº 1152 - Semanal
0,50 €

2 Maio 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

O SINDICALISMO ESTÁ VIVO



A crise do sindicalismo português foi ultrapassada e invertida. A garantia é dada pelo secretário-geral da UGT, João Proença, em entrevista ao "Acção Socialista".

Apostando assumidamente na contratação colectiva e nas inspecções regulares das condições de trabalho, o líder da central sindical promete não deixar por mãos alheias a reivindicação permanente, a denúncia e a apresentação de soluções face aos flagelos do universo laboral. A UGT está atenta às problemáticas da competitividade, da produtividade, das questões salariais e das políticas de rendimentos, pois são centrais para Portugal, integrando-se nas tendências do novo sindicalismo que reclama formas de organização e actuação cada vez mais abrangentes.

► Páginas centrais

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO É PRIORITÁRIA PARA O PS

► Página 3

SOCIALISTAS CONTRA EXTINÇÃO DOS GOVERNOS CIVIS

► Página 5

ROSA ALBERNAZ INDIGNADA COM MOTA AMARAL

► Página 5

VASCO LOURENÇO AFIRMA AO "AS"

"25 DE ABRIL ESTÁ NO CORAÇÃO DOS PORTUGUESES"

Na passagem de mais um aniversário da Revolução dos Cravos, o "Acção Socialista" falou com Vasco Lourenço sobre os principais objectivos da Associação 25 de Abril e as suas memórias de 1974.

► Página 6



A SEMANA REVISTA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, participou nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio. No dia da Revolução dos Cravos, o líder socialista esteve no desfile da avenida da Liberdade em Lisboa e na cerimónia solene da Assembleia da República em que foi orador pela bancada do PS o nosso camarada João Soares. O secretário-geral do PS optou, no Dia do Trabalhador, por se deslocar às iniciativas organizadas pela UGT e CGTP-In porque dirigentes das duas centrais o apoiaram na última campanha legislativa.

A Concelhia do PS do Barreiro organizou um jantar debate sobre o 1º de Maio em que foram oradores convidados os camaradas António Costa e Paulo Pedrosa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista elegeu os seus presidentes e vice-presidentes para as comissões parlamentares.

O presidente da Assembleia da República tentou instituir censura prévia aos deputados que viajam para o estrangeiro ao exarar um despacho que condicionava a autorização de deslocação ao depósito dos discursos pelos parlamentares.

A conferência de líderes parlamentares deliberou pela criação de um comissão eventual para a reforma do sistema político.

Faleceram Fernando Pessa e Sá Machado, duas figuras de primeiro plano na vida portuguesa.

Decorreu na videoteca de Lisboa um colóquio de homenagem a Raul Rêgo em que participaram Mário Mesquita, Alberto Arons de Carvalho e José Pedro Castanheira.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

MONA ELISA 2

PASSATEMPO

Maria Elisa prepara-se para:

- 1 - Apanhar, como deputada, uma valente constipação no plenário ela que escreveu "**Não percebo como se faz a renovação do ar do hemiciclo**" (DN, 21/04/02)
- 2 - Inaugurar, como jornalista da RTP, o "**Maria Elisa Notícias**"
- 3 - Leccionar, como professora de jornalismo, em Abrantes, sobre a **compatibilidade** entre jornalismo, política e... "exposição física" (Expresso, 27/04/02)



António Colaço

Por muito que agora o PSD pela voz do seu líder parlamentar tente desvalorizar a questão, a verdade é que este acto reflecte uma atitude antidemocrática porque tentou impor a censura prévia, persecutória na medida em que desconfia da natureza das deslocações oficiais dos deputados, e discriminatória quando estabelece que só podem viajar aqueles que dominem línguas estrangeiras.

EDITORIAL

O REGRESSO DA ARROGÂNCIA

Mal chegado ao poder, aí estão os primeiros sinais da arrogância do PSD. Sob a aparência da moralização e dignificação da actividade política, o presidente da Assembleia da República, contrariando a liberdade constitucional do exercício do mandato por parte do deputado, ensaiou a instituição da censura prévia, dando, assim, origem à primeira crise da legislatura.

Mota Amaral começou mal o seu mandato ao pretender que os parlamentares depositem previamente os discursos que vão produzir em reuniões internacionais em representação do Estado português. Além da entrega prévia das alocações e intervenções dos deputados, o novo presidente da Assembleia da República pretendia ainda tornar norma a prática parlamentar da entrega de relatórios após o regresso das representações externas e tornar obrigatório o princípio de só poderem viajar os deputados que sejam fluentes nas línguas dos países a visitar. Tudo isto, por junto, se pode ler no presidencial despacho de autorização de deslocação de uma delegação da Assembleia da República a Nova Iorque para participar na reunião da União Interparlamentar sobre os direitos das crianças, organizada pela UNICEF e pela ONU, o que provocou a justa indignação dos deputados, particularmente da nossa camarada Rosa Albernaz, que se recusou a ir nestas condições.

Por muito que agora o PSD pela voz do seu líder parlamentar tente desvalorizar a questão, a verdade é que este acto reflecte uma atitude antidemocrática porque tentou impor a censura prévia, persecutória na medida em que desconfia da natureza das deslocações oficiais dos deputados, e discriminatória quando estabelece que só podem viajar aqueles que dominem línguas estrangeiras. Felizmente que a conferência de líderes recolocou a questão, tendo ficado decidido avançar para a criação de um regulamento sobre viagens dos deputados. Caberá agora aos grupos parlamentares a tarefa de darem os seus contributos de forma a que o futuro regulamento seja um documento consensual no qual todos se possam rever, sem laivos de censura e que dignifique, de facto, a actividade política dos deputados. Mesmo assim, obstinadamente, Mota Amaral recusou-se a revogar o seu despacho admitindo apenas colaborar na redacção do futuro regulamento. A

maior ironia deste lamentável episódio está no facto do presidente da Assembleia da República, ainda achar que é um insulto interpretar o referido despacho como uma forma de censura. Se não se trata de censura, pode-se então considerar que o pensamento de Mota Amaral continua enquadrado pelos procedimentos do antigo regime de cuja ala liberal fez parte.

Mas, os tiques autoritários do PSD estão também patenteados na imposição da troca de gabinetes dos deputados no novo edifício de S. Bento. Com o argumento de que o partido mais votado tem que ficar nos andares superiores, esta semana de trabalho parlamentar ficou reduzida à expressão mínima da conferência de líderes, uma vez que a agenda foi preenchida com a mudança que, além do mais para um "país de tanga", custou uns milhares de euros pagos à empresa que a efectuou. Para lamentar, estes dois episódios são só o começo do regresso da direita ao poder, com a certeza de que os socialistas não se conformarão nem se calarão perante qualquer investida que ponha em causa os princípios e valores da democracia.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

PS GARANTE ARCO CONSTITUCIONAL

Foi o PS que avançou em primeiro lugar para a reforma do sistema político. Fê-lo no programa que apresentou ao eleitorado nas últimas legislativas e reafirmou-o depois na intervenção de António Costa, durante o debate de apresentação do Programa de Governo.

Na passada terça-feira, depois de uma iniciativa de Durão Barroso, o líder da bancada do PS, em carta dirigida ao presidente da Assembleia da República, manifestou a disponibilidade socialista para contribuir no sentido de uma reforma do sistema político, congratulando-se com o facto de o primeiro-ministro ter assumido a posição reformista.

Recorde-se que o contributo do PS é vital para a aprovação de leis com implicações paraconstitucionais, que obrigam à constituição de maiorias qualificadas de dois terços dos deputados.

"Quero expressar a nossa concordância quanto



ao propósito, ao espírito e à metodologia sugeridos pelo Governo", sublinha Costa no documento que fez chegar a Mota Amaral.

A anuência foi seguida do envio da cópia do programa eleitoral socialista e de uma proposta formal de mais um tema – a paridade entre os sexos na ocupação de cargos políticos – a juntar à lista de Jorge Sampaio e de Durão Barroso.

"Como constatará, os temas referidos encontram correspondência no nosso próprio programa, podendo e devendo, se bem interpretamos o quadro aberto com que foram apresentados, ser completados com outros, como o desenvolvimento do princípio da paridade ou a conclusão dos trabalhos da reforma do Parlamento", diz a carta assinada por António Costa.

Entretanto, o Parlamento, através da conferência de líderes, decidiu criar uma

comissão eventual para a reforma do sistema político. Trata-se de constituir uma espécie de fórum de discussão onde os representantes dos partidos debatam, longe da lógica do confronto, assuntos que de facto necessitam de ser tratados para que se estabeleçam os mais amplos acordos possíveis.

A comissão deverá ouvir também representantes da sociedade civil, investigadores, politólogos, sociólogos e académicos

A proposta prevê ainda que saiam da comissão os textos finais das leis que vão reformar o sistema eleitoral, promovendo a aproximação entre eleitos e eleitores, a introdução do financiamento exclusivamente público dos partidos, a limitação dos mandatos executivos, a remuneração dos políticos, a diminuição dos prazos de formação do Governo e a reforma da Assembleia da República.

MARY RODRIGUES

SOCIALISTAS ELEITOS PARA PRESIDÊNCIAS E VICE-PRESIDÊNCIAS DE COMISSÕES DA IX LEGISLATURA

ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS



ALBERTO ARONS DE CARVALHO

VICE-PRESIDENTE

ASSUNTOS EUROPEUS E POLÍTICA EXTERNA



JAIME GAMA

PRESIDENTE

DEFESA NACIONAL



MIRANDA CALHA

VICE-PRESIDENTE

PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



JORGE COELHO

PRESIDENTE

ECONOMIA E FINANÇAS



JOÃO CRAVINHO

PRESIDENTE

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



FERNANDO GOMES

VICE-PRESIDENTE

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA



ANTÓNIO BRAGA

VICE-PRESIDENTE

TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS



JOAQUIM PINA MOURA

PRESIDENTE

OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES



EDITE ESTRELA

VICE-PRESIDENTE

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS



CAPOULAS SANTOS

VICE-PRESIDENTE

ÉTICA



JORGE LAÇÃO

PRESIDENTE



DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS SOCIALISTAS PELAS COMISSÕES PARLAMENTARES

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Alberto Arons de Carvalho
- Alberto Martins
- Celeste Correia
- Eduardo Cabrita
- Jorge Lação
- Jorge Strecht
- José Magalhães
- Maria Belém
- Osvaldo de Castro
- Pedro Silva Pereira
- Vicente Jorge Silva
- Vitalino Canas

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS E POLÍTICA EXTERNA

- Alberto Costa
- António José Seguro
- Capoulas dos Santos
- Carlos Luis
- Edite Estrela
- Elisa Ferreira
- Francisco Assis
- Jaime Gama
- José Vera Jardim
- Manuel Maria Carrilho
- Maria Santos
- Vítor Ramalho

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- Acácio Barreiros
- Alberto Costa
- João Soares
- José Lello
- José Saraiva
- José Sócrates
- Marques Júnior
- Medeiros Ferreira

- Miranda Calha
- Vitalino Canas

COMISSÃO DE PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

- Alberto Antunes
- António Galamba
- Ascenso Simões
- Fausto Correia
- Fernando Ribeiro Moniz
- Helena Roseta
- Jorge Coelho
- José Augusto Carvalho
- José Miguel Medeiros
- Luís Alberto Miranda
- Manuel Pedro Silva Pereira
- Renato Sampaio

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

- Eduardo Cabrita
- Fernando Gomes
- Fernando Pereira Serrasqueiro
- Guilherme Oliveira Martins
- Jámila Madeira
- João Cravinho
- Joel Hasse Ferreira
- José Apolinário
- Maximiano Martins
- Medeiros Ferreira
- Victor Baptista

COMISSÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

- Afonso Candal
- Eduardo Cabrita
- Fernando Gomes

- Fernando Pereira Serrasqueiro
- Guilherme Oliveira Martins
- Jámila Madeira
- João Cravinho
- Joel Hasse Ferreira
- Maximiano Martins
- Teresa Venda
- Vítor Baptista

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

- Ana Benavente
- António Braga
- Augusto Santos Silva
- Fernando Cabral
- Gustavo Carranca
- Isabel Pires de Lima
- Laurentino Dias
- Leonor Coutinho
- Luiz Fagundes Duarte
- Paulo Pedroso
- Rosalina Martins
- Valter Lemos

COMISSÃO DE TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS

- Afonso Candal
- Custódia Fernandes
- João Rui Almeida
- Joaquim Pina Moura
- Luís Carito
- Luisa Portugal
- Maria do Carmo Romão
- Maria do Rosário Carneiro
- Paulo Pedroso
- Rui Cunha
- Sónia Furtuzinhos
- Vieira da Silva

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- Aires de Carvalho
- Edite Estrela
- José Junqueiro
- José Ponto
- Leonor Coutinho
- Miguel Coelho
- Mota Andrade
- Nelson Baltazar
- Ramos Preto
- Vieira da Silva

COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

- Antero Gaspar
- Ascenso Simões
- Capoulas dos Santos
- José Apolinário
- Miguel Ginstal
- Paula Cristina Duarte
- Ricardo Gonçalves
- Rosa Maria Albermaz
- Rui Vieira
- Teresa Venda
- Zelinda Marouço Semedo

COMISSÃO DE ÉTICA

- Alberto Arons de Carvalho
- Alberto Martins
- Francisco Assis
- Jorge Lação
- Manuel Maria Carrilho
- Maria Rosário Carneiro
- Nelson Correia
- Vera Jardim
- Vicente Jorge Silva
- Vítor Ramalho

PROPOSTA DA DIREÇÃO DA BANCADA PARA COORDENADORES DE COMISSÕES

ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Coordenador Assuntos Constitucionais
Alberto Martins
Coordenador Administração Interna
Vitalino Canas
Coordenador Justiça
Osvaldo de Castro

ASSUNTOS EUROPEUS E POLÍTICA EXTERNA

Coordenador Política Externa
José Vera Jardim
Coordenador Assuntos Europeus
António José Seguro
Coordenador Cooperação
Vítor Ramalho
Coordenador Comunidades Portuguesas
Carlos Luis

DEFESA NACIONAL

Coordenador
Marques Júnior

PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

Coordenador Poder Local
José Augusto Carvalho
Coordenador Ordenamento e Ambiente
Manuel Pedro Silva Pereira

ECONOMIA E FINANÇAS

Coordenador Economia
Maximiano Martins
Coordenador Finanças
Joel Hasse Ferreira
Coordenador Assuntos Fiscais
Eduardo Cabrita

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Coordenador
Teresa Venda

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Coordenadora Educação
Ana Benavente
Coordenador Ciência, Cultura e Ensino Superior
Augusto Santos Silva
Coordenadora Juventude
Jámila Madeira

TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Coordenador Trabalho
Rui Cunha
Coordenador Solidariedade e Segurança Social
Vieira da Silva
Coordenador Saúde
Afonso Candal

Coordenadora Toxicod dependência
Sónia Furtuzinhos

OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Coordenador Obras Públicas
José Junqueiro
Coordenador Transportes
Miguel Coelho
Coordenadora Comunicações
Ramos Preto

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

Coordenador Agricultura
Miguel Ginstal
Coordenador Piscas
José Apolinário



1º DE MAIO

FERRO RODRIGUES NAS COMEMORAÇÕES DA CGTP-IN E UGT

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, esteve presente nas comemorações do 1º de Maio que a CGTP-In e a UGT organizaram, separadamente, em Lisboa.

O líder socialista deslocou-se ao princípio da tarde à concentração da CGTP-In no Martim Moniz, seguindo depois, para a festa da UGT, em Belém. Ferro Rodrigues optou por estar presente nas concentrações das duas centrais sindicais porque na última campanha eleitoral recebeu o apoio quer de dirigentes da CGTP-In, quer da UGT.

As festas foram para todos os gostos nas comemorações deste ano do Dia do Trabalhador, com as duas centrais sindicais a manterem a tradição dos últimos anos, assinalando em locais distintos a jornada de luta.

Do extenso programa de comemorações a nível nacional da CGTP destaca-se o tradicional comício sindical na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa.

Este ano, a CGTP escolheu para lema das comemorações do 1º de Maio «Defender e exercer os direitos, valorizar o trabalho», tema abordado pelo secretário-geral da intersindical, Manuel Carvalho da Silva, na sua intervenção.

A UGT comemorou sob o lema «Justiça e solidariedade, melhores salários, empregos de qualidade», na festa ocorrida nos jardins de Belém, em Lisboa, em que participou o popular cantor Marco Paulo. No seu discurso, o secretário-geral da UGT acusou empresas e associações de bloquearem a negociação colectiva, sustentando que «nada justifica que os contratos celebrados em 2002 sejam em número claramente inferior aos celebrados em 2001». À saída do palco, João Proença foi efusivamente abraçado pelo secretário-geral do PS que se encontrava acompanhado pelos deputados socialistas Maria de Belém Roseira e Paulo Pedroso.

PS CONTRA EXTINÇÃO DOS GOVERNOS CIVIS

Paulo Pedroso afirmou que o PS está contra a projectada extinção dos governadores civis, tal como foi anunciada pelo primeiro-ministro. O porta-voz do PS, em declarações aos jornalistas, lembrou que os socialistas só defenderam a extinção do cargo de governador civil se a regionalização fosse aprovada em referendo pelos portugueses em 1998.

«Ao votarem contra a regionalização, os portugueses mostraram-se desfavoráveis à



existência de políticos em funções de direcção regional, como acontecerá se agora deixarem de ser altos funcionários do Estado para passarem a ser políticos, independentemente do método de eleição», sublinhou o porta-voz do PS.

Segundo Paulo Pedroso, após o chumbo da regionalização em referendo, o Governo de António Guterres optou por «reforçar as competências dos governadores civis e dos

presidentes das comissões de coordenação regionais», legislação que foi aprovada no final do ano passado «e que ainda se encontra em vigor».

O anúncio da extinção dos governadores civis, feito Durão Barroso na passada segunda-feira, só poderá ocorrer após revisão constitucional, o que exige dois terços dos votos dos deputados, ou seja, depende de um acordo PSD/PS.

ROSA ALBERNAZ INDIGNADA COM MOTA AMARAL

Indignada com o despacho do presidente da Assembleia República, Rosa Albernaz foi peremptória ao «Acção Socialista», quando afirmou que era com muita mágoa que não ia a Nova Iorque participar na reunião conjunta da ONU/UNICEF sobre os direitos da crianças, por uma «questão de princípio» e por não concordar com o «despacho antidemocrático» de Mota Amaral, «nem que ele voltasse atrás». «Nunca houve um despacho idêntico», recordou a deputada socialista por Aveiro, sublinhando que assim se ficou a «conhecer o pensamento» do presidente da Assembleia da República e do seu «desconhecimento o trabalho parlamentar das delegações», acrescentando, por outro lado, que sempre apresentou relatórios das viagens que fez. A deputada Rosa Albernaz que vem de há muito acompanhando a área dos direitos das crianças, em anteriores reuniões da União



Interparlamentar levantou a sua voz para denunciar a questão das crianças-soldado e que viu, na legislatura anterior, aprovado por unanimidade um relatório de sua autoria sobre estas questões, tencionava apresentá-lo em Nova Iorque como uma proposta da Assembleia da República. Assim, é natural «a tristeza» da deputada, mas o «despacho é tão grave» que só uma alteração verdadeiramente substantiva a fariam mudar de atitude.

Esta polémica teve o seu início num despacho oriundo do gabinete de Mota Amaral, nos termos do qual os deputados nas suas viagens, entre outras obrigações, passavam a ter de depositar previamente os discursos que tencionam fazer em fóruns internacionais em representação da Assembleia da República. Este despacho foi também criticado na conferência de líderes de terça-feira, tendo

já sido acordado o adiamento de qualquer decisão sobre o assunto para reuniões posteriores.

O presidente da Assembleia da República teve de explicar aos líderes parlamentares que nunca pensou em criar qualquer forma de censura e que considerava «insultuoso» o simples facto de se ter colocado essa hipótese. O único objectivo do documento, repetiu, é dignificar o desempenho dos deputados. Por isso, manteve-se firme na sua intenção e recusou revogar o conteúdo do documento. Pressionado pelos representantes partidários que denunciaram a «confusão inútil que foi gerada», Mota Amaral admitiu apenas colaborar na redacção de um novo regulamento, que funcione como uma solução de compromisso entre as suas aspirações e a liberdade de expressão dos deputados.

VASCO LOURENÇO AFIRMA

"25 DE ABRIL ESTÁ VIVO NO CORAÇÃO DOS PORTUGUESES"

Na passagem de mais um aniversário da Revolução dos Cravos, o "Acção Socialista" falou com Vasco Lourenço sobre os principais objectivos da Associação 25 de Abril e as suas memórias de 1974. "O 25 de Abril está vivo no coração dos portugueses", afirma, apontando um estudo que revela que esta data é comemorada em mais de 290 concelhos do continente e das regiões autónomas.

No quadro da intervenção cultural e cívica, que tem como objectivo consagrar o espírito do 25 de Abril e fazer a pedagogia e defesa dos valores democráticos, a Associação "desenvolve, fundamentalmente, actividades comemorativas do 25 de Abril, de diversa ordem, como colóquios, exposições, idas a escolas e municípios". Depois ao longo do ano, adianta Vasco Lourenço, "procuramos também desenvolver actividades principalmente culturais: debates, conferências, seminários, tertúlias, bem como a edição de um boletim trimestral".

O "capitão de Abril" salienta que, entretanto, o campo de intervenção da Associação melhorou com a nova sede, "uma vez que ao longo dos últimos anos nós quase nos limitámos a desenvolver actividades no âmbito das comemorações dos vários aniversários do 25 de Abril".

Com o novo espaço que é a sede na Rua da Misericórdia, em Lisboa, inaugurada há um ano, Vasco Lourenço diz que há vários projectos que espera concretizar. Entre eles está a criação do Observatório da Democracia, que procurará, nomeadamente, "saber o porquê do afastamento dos cidadãos da participação na vida democrática", e a revitalização do Centro de Documentação, através de um protocolo de colaboração com o Centro de Documentação da Universidade de Coimbra.

As idas de membros da Associação às escolas públicas e privadas dos diversos graus de ensino para falar sobre o 25 de Abril é uma das actividades que Vasco Lourenço aponta como das mais interessantes desenvolvidas pela Associação.

No entanto, estas intervenções nas escolas, sublinha, requerem meios que nem sempre estão à disposição da Associação que luta com muitas dificuldades financeiras.

"Um dos problemas é que a Associação 25 de Abril não tem meios, tem vivido quase exclusivamente da quotização dos seus associados. E inclusive os materiais que nós



fazemos ao longo dos anos (cartazes, fotografias, autocolantes) não têm apoios", sublinha.

"Já tentámos contactos com o Ministério da Educação com vista a criar condições para que

possamos participar, estamos disponíveis, e temos alguns projectos, como uma página na Internet, CD's, mas a própria ida às escolas é complicada porque acaba por ser cada um de nós a custear as deslocações. As escolas vão-

nos convidando, nós participamos tanto quanto podemos, mas a capacidade de resposta é muito menor que as solicitações", afirma.

Quanto ao facto de o estudo da nossa História mais recente não ser dada nas escolas com a devida atenção, Vasco Lourenço considera que se trata de uma questão que "compete exclusivamente ao Ministério da Educação resolver", sublinhando que "é uma lacuna e um erro gravíssimo que já vem do tempo do fascismo. Na altura, nós dávamos a História toda desde o Afonso Henrique e depois a nossa História contemporânea era dada a correr. Manteve-se esse hábito, que fica muito dependente da vontade dos professores. No entanto, há muitos, felizmente, que fazem um esforço para dar a matéria toda e explicar a nossa História mais recente e o 25 de Abril com algum pormenor".

Relativamente ao perigo de as comemorações do 25 de Abril se poderem vir a transformar numa espécie de comemorações do 5 de Outubro, Vasco Lourenço refere que "há algum tempo que nós vimos alertando para esse perigo", sublinhando que "a Associação defende que, independentemente dos colóquios e outras iniciativas, em termos de comemorações populares se devia tentar

SEDE DA ASSOCIAÇÃO GANHOU PRÉMIO NACIONAL DE ARQUITECTURA

O projecto de reconversão do edifício onde se encontra instalada a Associação 25 de Abril, na Rua da Misericórdia, nº 95, foi galardoada com o Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano. Álvaro Siza Vieira, autor do plano, e o seu colaborador Falcão de Campos, são também sócios da associação.

O prémio, instituído pela Associação dos Municípios Portugueses com Centro Histórico, tem por objectivo incentivar e dignificar a qualidade da arquitectura e da construção, no âmbito de novas edificações e de reabilitação, restauro, remodelação ou renovação de edifícios existentes, bem como de intervenções de requalificação de espaços públicos nas áreas delimitadas como centros históricos.

A sede, após um longo período destinado às obras de requalificação e restauro, foi inaugurada em 24 de Abril do ano passado.

No piso térreo, existe um espaço multiusos para exposições, reuniões, debates e outros eventos, sendo também utilizado pelos sócios para alguns jogos de sala. No piso 1 funciona o bar e um amplo restaurante. O piso 2 destina-se à área administrativa, salas de reuniões e gabinetes. Entretanto, está em curso a instalação do Centro de Documentação e da Biblioteca no último andar.



avançar para um esquema de festa, mas o que é facto é que a conjuntura tem empurrado sempre as comemorações não só para um esquema de festa mas também para uma acção de luta”.

No entanto, segundo o “capitão de Abril”, “até agora as comemorações têm ultrapassado esse perigo. E todos os anos tem havido sempre uma grande participação popular nas comemorações, o que vem de certo modo contra aqueles que defendem que se devia arranjar um outro figurino, porque o que é facto é que as populações aderem. Há festa por muitos pontos do País”.

25 de Abril comemorado em 290 concelhos

Vasco Lourenço lembra, a propósito, que “a Associação fez por ocasião do 20º aniversário da Revolução uma recolha do máximo de elementos que conseguimos sobre actos comemorativos do 25 de Abril, que é um elemento de trabalho importantíssimo para quem queira analisar sociologicamente a situação, porque este estudo mostra que dos 305 concelhos que havia na altura houve comemorações em mais de 290 concelhos do continente e das regiões autónomas, sem

contar com as comunidades portuguesas no estrangeiro, o que é um dado espantoso e extraordinário, que mostra que o 25 de Abril está vivo no coração dos portugueses e comemora-se em todo o país e em toda a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo”.

Convidado a eleger o momento mais marcante de todos os acontecimentos ocorridos no 25 de Abril, Vasco Lourenço refere que “em termos da preparação há momentos muito significativos como as três grandes reuniões 9 de Setembro, em Alcáçovas, 1 de Dezembro, em Óbidos, e 5 de Março, em Cascais. Cada uma destas reuniões, a nível conspirativo, teve a sua importância”, enquanto em relação ao dia 25 de Abril o momento que considera “mais importante, até em termos simbólicos”, é aquele em que “na Ribeira das Naus, perante as forças comandadas pelo Salgueiro Maia, o cabo apontador, depois do alferes se ter recusado a cumprir uma ordem do brigadeiro Junqueira dos Reis de abrir fogo e ter saído do carro de combate, vira a torre para o rio e recusa a ordem de disparar sobre o Salgueiro Maia e as suas forças. Este é momento-chave da acção militar, até mais do que no Carmo” (ver caixa).

J. C. CASTELO BRANCO



“É a altura de me interrogar sobre qual a minha atitude. Tenho poder de fogo para arrasar o Terreiro do Paço. O Marquês de Pombal nunca mais me perdoaria. Entro para dentro do carro. Ouço a voz do brigadeiro (Junqueira dos Reis): ‘Faça fogo. Arrase o Terreiro do Paço’. Entre carros de combate, quem fizer fogo primeiro ganha. Olho pelos aparelhos ópticos. Vejo os edifícios e para aí duas mil pessoas junto dos cacilheiros, no Cais das Colunas. Mais os militares do lado de lá que eu sempre conheci e me habituei a ver como amigos. ‘Mato esta gente, se faço fogo’. O brigadeiro insiste. Desvío a peça para o lado do rio, procurando um alvo, sem conseguir, uma alvo sem importância. Vejo um petroleiro. ‘Não é para o rio. É em frente’, repreende-me o brigadeiro. Decididamente, não posso fazer fogo. O brigadeiro dá-me ordem de prisão. ‘Saia já do carro’. Tentará depois que o meu apontador cumpra as ordens, mas ele responde: ‘Sem o nosso alferes a gente não faz nada’. O brigadeiro ainda deu ordens ao outro carro, mas esse não tinha percutor”.

EX-ALFERES MILICIANO FERNANDO SOTTOMAYOR, HOJE DIRECTOR DE UMA EMPRESA TÊXTIL DO NORTE, DECLARAÇÕES AO “PÚBLICO”, 25-04-1994.

SAMPAIO DEFENDE

REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E COMBATE À FRAUDE FISCAL

Ferro Rodrigues participou no desfile da Av. da Liberdade, no âmbito das comemorações do 28º aniversário do 25 de Abril, que tiveram o seu ponto alto na Assembleia da República, onde Jorge Sampaio voltou a insistir na necessidade de reformas do sistema político e de combate à fraude e evasão fiscais, enquanto João Soares, em nome da bancada socialista, sublinhou que o 25 de Abril foi “uma revolução de liberdade” contra “todos os Haiders e os Le Pens desta Europa e do mundo”.

Na sessão solene da Assembleia da República, Jorge Sampaio insistiu na tecla da urgência de reformas políticas. “Como Presidente da República, cabe-me alertar-vos, senhores deputados, para a necessidade de possuímos instrumentos de intervenção política mais eficazes de mobilizar os cidadãos e de contribuir para a resolução dos nossos problemas. É o que tenho feito regularmente, alertando para a necessidade urgente de as reformas se dirigirem ao conjunto dos meios de que depende o seu sucesso: isto é, do financiamento dos partidos políticos às leis eleitorais, da reforma desta Assembleia à remuneração dos cargos políticos, do regime de incompatibilidades à reforma dos partidos”, disse.

No discurso, o Presidente da República manifestou a sua preocupação pela falta de discussão sobre o futuro da Europa, sublinhando que “sem a abertura de um grande debate sobre este tema, a defesa dos nossos interesses colectivos dificilmente assentará, como é urgente, numa opinião pública crítica, esclarecida e empenhada”.

Assumindo como grande desafio do País “a médio e longo prazos” o crescimento económico de forma a que nos aproximemos



da média europeia, defendeu a urgência de “um novo modelo de competitividade para Portugal”, que ultrapasse “o modelo tradicional baseado nos baixos salários”. O combate à fraude e evasão fiscais, outro tema caro a Sampaio, foi também abordado, tendo o Presidente considerado que esta questão “é uma luta central no processo de modernização da sociedade portuguesa, na afirmação dos valores da equidade e da justiça”, lembrando que “ao longo das últimas décadas, em cada crise financeira, o esforço de recuperação se concentrou sempre nos mesmos grupos sociais e profissionais”.

Revolução de liberdade

Por sua vez, João Soares, que falou em nome da bancada socialista, centrou a sua intervenção, cheia de referências poéticas, na exaltação dos ideais do 25 de Abril, “o dia que marca o fim de uma das mais longas ditaduras na história da Europa contemporânea e o início da transição de Portugal para a democracia em que vivemos hoje e queremos continuar a viver e construir, com o nosso trabalho, todos os dias”.

João Soares sublinhou que o 25 de Abril é “uma revolução de liberdade, feita de vontade de continuar a lutar pela igualdade e pela fraternidade, aqui e onde quer que elas possam estar em causa. Contra todos os Haiders e Le Pens desta Europa e do mundo”, mas acrescentou que “a democracia portuguesa nascida do 25 de Abril de 1974 não tem hoje no horizonte, nem mais próximo nem mais longínquo, ameaças totalitárias que a possam pôr em risco”.

“Não temos, desde há muito, quanto a essa matéria nenhuma dúvida”, disse, referindo que “essa é uma razão mais e maior para que invoquemos sempre e cada vez mais o espírito do 25 de Abril como um exemplo e uma luz neste mundo conturbado e por vezes tão injusto que é o nosso”.

J. C. CASTELO BRANCO



TENDÊNCIA DE JOÃO SOARES COMEMORA ABRIL

A tendência de João Soares reuniu-se na noite de 24 de Abril num restaurante em Lisboa para assinalar mais um aniversário da Revolução dos Cravos.

Na ocasião, o ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa aproveitou para reafirmar que apoia “inequivocamente” Ferro Rodrigues na liderança do PS, anunciando que no próximo Congresso não apresentará nenhuma moção.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



GONDOMAR

PS FAZ BALANÇO NEGATIVO DA GESTÃO CAMARÁRIA

O PS considerou "extremamente negativos" os primeiros 100 dias do terceiro mandato de Valentim Loureiro, do PSD, à frente da Câmara de Gondomar.

Segundo o vereador socialista Ricardo Bexiga, que foi o adversário de Valentim Loureiro nas últimas autárquicas, o Executivo do PSD "não apresentou um desafio, uma realização, um projecto ou um mero esboço de uma estratégia de desenvolvimento para Gondomar".

O vereador falava em conferência de Imprensa para fazer o balanço dos primeiros 100 dias da gestão autárquica de Valentim Loureiro e analisar o documento que consagra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara de Gondomar.

Os dois acontecimentos, segundo Ricardo Bexiga, traduzem um "deserto de ideias e de projectos" do actual executivo municipal do PSD e do seu presidente, sublinhando que nos primeiros 100 dias deste mandato sucederam-se oito reuniões de Câmara, com a duração média de meia hora, durante as quais para além de "bagatelas" administrativas e da gestão

corrente do município, "nada mais se decidiu, reflectiu ou executou".

O vereador socialista referiu ainda que a reunião de Câmara convocada para discutir e aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento do município "terminou em tempo recorde de 20 minutos", sem tempo para discutir e esclarecer o documento com os membros da oposição. O documento foi aprovado a 11 de Abril, com os votos contra dos três vereadores do PS e um da CDU.

O vereador socialista considera que o plano é "uma soma repetida" de políticas iniciadas há oito anos e é "desequilibrado", na medida em que "reforça exageradamente os meios financeiros ao dispor de alguns sectores de intervenção - especialmente na habitação (60 por cento) - descurando outros sectores essenciais para um novo modelo de desenvolvimento de Gondomar".

"Continua a manter um evidente desequilíbrio orçamental nas receitas e despesas do município, não controlando o elevado endividamento da autarquia, não diminuindo gastos correntes do município e não pondo fim ao inexplicável montante das despesas de pessoal", acrescentou.

OEIRAS

PS QUER ESCALÃO ECONÓMICO DE ÁGUA

Os Serviços Municipalizados (SMAS) de Oeiras e Amadora vão estudar a possibilidade de criar um escalão económico nos preços da água, de acordo com uma proposta do PS aprovada na última Assembleia Municipal de Oeiras.

Com esta proposta, os socialistas pretendem "beneficiar os cidadãos carenciados e de classe média e penalizar os consumos excessivos".

O PS justifica esta sua iniciativa com base nos "excelentes resultados económicos" obtidos pelos SMAS em 2001.

PAREDE

SECÇÃO ORGANIZA CICLO DE DEBATES

A Secção do PS/Parede organiza amanhã, dia 3, pelas 21 horas, nas suas instalações, um debate subordinado ao tema "25 de Abril - antes e depois", que contará com a presença do camarada José Jorge Letria.

Esta iniciativa insere-se no ciclo de debates "Vamos conversar sobre..." que a Secção da Parede do PS tem vindo a promover e que tem como tema genérico "Será possível um Portugal mais justo?".

BARREIRO

CONCELHIA COMEMORA DIA DO TRABALHADOR

A Comissão Política Concelhia do Barreiro do PS, estrutura liderada pelo camarada Aires de Carvalho, realizou ontem, quarta-feira, um jantar-comemorativo do 1º de Maio - Dia do Trabalhador, que contou com a presença de António Costa e Paulo Pedrosa, respectivamente, presidente do Grupo Parlamentar e porta-voz do PS.

AÇORES

PS CONTRA EXTINÇÃO DE MINISTRO DA REPÚBLICA

O Secretariado Regional do PS/Açores defendeu a manutenção do cargo de Ministro da República e o seu actual titular, Sampaio da Nóvoa, cujo mandato deve coincidir com o do Presidente da República.

Vasco Cordeiro, vice-presidente do PS-Açores, sustentou, em conferência de Imprensa, que no âmbito de uma revisão constitucional, o PS apenas admite "a eliminação da competência do veto político e eventualmente a mudança da designação do cargo".

Recorde-se que a extinção do cargo de Ministro da República, um velho cavalo de batalha de Alberto João Jardim, compreende-se porquê, tem vindo a ser defendida pelo PSD nacional, que já prometeu avançar com a proposta na revisão constitucional.

Na conferência de Imprensa, Vasco Cordeiro teve ainda oportunidade de responder às críticas feitas pelos responsáveis do PSD/Açores, relativamente ao estado das finanças locais, sublinhando que "a dívida pública regional é de cerca de 250 milhões de euros (50 milhões de contos)".

Quanto a outros empréstimos contraídos, adiantou Vasco Cordeiro, tiveram por objectivo fazer face às várias calamidades que assolaram diferentes ilhas da região desde 1996.

O vice-presidente socialista precisou que "as finanças públicas do Governo de Carlos César dividiram-se menos do que se gastou na recuperação das sucessivas calamidades sendo muito menor do que aquela que deixaram os governos social democratas".

Sobre as dificuldades financeiras, sugeridas pelos partidos da oposição com base nos atrasos de pagamentos aos fornecedores e no apoio aos projectos de investimento, o dirigente regional do PS referiu que "se existem projectos é porque há confiança e porque os Açores são a segunda região do País que melhor aproveita os fundos europeus".

O Secretariado Regional do Partido Socialista decidiu ainda marcar o seu congresso ordinário para o primeiro trimestre do próximo ano, bem como elaborar um documento que integre um plano de reestruturação e funcionamento do partido visando melhorar a coordenação política.



ALEMANHA

FEDERAÇÃO ALERTA EMIGRANTES PARA ATROPELOS DO PSD

A Federação da Alemanha do Partido Socialista (PS) alertou os emigrantes na Europa, em especial na Alemanha, para se manterem atentos e denunciarem "atropelos aos direitos conquistados durante os governos socialistas".

Num comunicado, a Federação afirma que antes da tomada de posse, o Governo de Durão Barroso se "desmascarou completamente", não cumprindo a promessa eleitoral de que a política governamental para os emigrantes seria dirigida por um ministro-adjunto.

"Onde está o ministro-adjunto para as comunidades", interroga-se o PS, frisando que continuará a ser o ministro dos Negócios Estrangeiros o responsável máximo por aquela política, secundado pelo secretário de Estado, tal como acontece desde o 25 de Abril de 1974.

"Como na era cavaquista, o PSD não olha a meios para atingir os seus intentos", salienta o comunicado da Federação alemã do PS, que receia que "novos recusos surjam durante o seu reinado (do PSD)".

No comunicado, a Federação congratula-se ainda com a reeleição do cabeça-de-lista socialista pelo círculo da Europa, Carlos Luís, que continuará a ser "o verdadeiro interlocutor dos emigrantes e defensor dos seus direitos".

JOÃO PROENÇA

O SINDICALISMO ESTÁ VIVO

A crise do sindicalismo português foi ultrapassada e invertida. A garantia é dada pelo secretário-geral da UGT, João Proença, em entrevista ao "Acção Socialista".

Apostando assumidamente na contratação colectiva e nas inspecções regulares das condições de trabalho, o líder da central sindical promete não deixar por mãos alheias a reivindicação permanente, a denúncia e a apresentação de soluções face aos flagelos do universo laboral.

A União Geral de Trabalhadores exige que o Governo de Durão Barroso respeite o direito à negociação colectiva, prometendo lutar para que este cumpra com propriedade as funções de mediação, conciliação e arbitragem nos conflitos que opõem empregados e patrões.

A central da Buenos Aires está atenta às problemáticas da competitividade, da produtividade, das questões salariais e das políticas de rendimentos, pois são centrais para Portugal, integrando-se nas tendências do novo sindicalismo que reclama formas de organização e actuação cada vez mais abrangentes.



Portugal está de novo sob a gestão de um Governo de direita. Quais as consequências que isto poderá ter, a curto e médio prazos, na vida dos trabalhadores?

A resposta a essa questão será dada com tempo. Devemos esperar para ver. Contudo, temos bem a noção de que um governo de esquerda é tendencialmente mais sensível aos problemas laborais, enquanto um executivo de direita se centra essencialmente nas matérias económicas, atendendo com frequência à sensibilidade dos agentes económicos, pelo que é expectável que hajam tentativas de desregulamentar a legislação laboral ou as políticas sociais, em particular no que diz respeito à segurança social.

A verificar-se esta actuação, podemos dizer que ela é inaceitável para os trabalhadores e que, evidentemente, o movimento sindical se oporá.

Com um Governo que seguirá na prática um modelo neoliberal será mais difícil negociar. A partir de que ponto é que a UGT passará a

endurecer posições?

Pretendemos sublinhar a distinção que existe entre o que é a negociação colectiva e o que é, propriamente, a concertação social. Somos actualmente confrontados com uma negociação que está a bloquear claramente.

Os empresários esforçam-se por negar o direito à contratação colectiva. Neste momento só estão celebrados em Portugal cerca de 60 por cento dos contratos que estavam celebrados, por esta altura, no ano passado, o que demonstra uma intenção deliberada dos patrões de fazer este bloqueamento.

Esta situação exige respostas. Exige uma actuação dos sindicatos, mas também do Governo, na medida em que ele está obrigado a cumprir a garantia do direito à negociação e existe capacidade de intervenção no Ministério do Trabalho, na área da mediação dos conflitos, e nomeadamente, em termos de mediação, conciliação e arbitragem.

É isso que nós reivindicamos claramente perante o Executivo e até reclamamos a melhoria do funcionamento de serviços relativos às relações de trabalho que ao longo dos anos foram sendo desactivados.

Além das tradicionais matérias dos

aumentos salariais, outras questões relativas aos direitos sociais, trabalho precário, recibos verdes, a que se junta também o problema do trabalho clandestino, serão assuntos para reivindicar em sede de concertação social?

Sim, serão assuntos a discutir em sede de concertação social, do debate bilateral e até em sede da própria Assembleia da República.

Os portugueses continuam a viver num País que não respeita os direitos dos trabalhadores, em que há violações sistemáticas da legislação do trabalho, muita precariedade ilegal e em que persiste o flagelo exploração dos imigrantes ilegais. Todas estas são situações que devem ser corrigidas.

Como corrigir essas situações?

Bem, estes problemas exigem intervenções a vários níveis e também medidas de carácter legislativo.

É necessário proceder à responsabilização dos subcontratantes das grandes obras de construção e, nomeadamente, das grandes empreitadas públicas.

Urge criar condições para que a Inspeção-Geral do Trabalho possa actuar, no sentido de obrigar

os empreiteiros a terem as listagens dos trabalhadores ao serviço dos subempreiteiros e até a elencação dos próprios subempreiteiros. É igualmente necessária a co-responsabilização do dono da obra pelas violações à lei que sejam praticadas nos estaleiros de construção.

Portanto, a UGT vai estar muito atenta a estas questões e reclamar ao Estado de direito o combate à sinistralidade laboral e que se preocupe de facto com uma concorrência leal entre as empresas.

Quais as estratégias que a central pretende desenvolver face a esses problemas?

A União Geral de Trabalhadores fará um combate que começará nos locais de trabalho, numa aposta clara na contratação colectiva.

O processo negocial deve centrar-se, cada vez mais, nos problemas da contratação e, especificamente, nos vínculos precários a que são sujeitos os trabalhadores ilegais.

A nossa estratégia seguirá também a via legislativa e das inspecções de trabalho. São estes os sentidos de actuação em que estaremos mais empenhados.

Na via legislativa e, mais precisamente, na área da legislação sobre o trabalho, é também necessário dar atenção ao cumprimento da directivas europeias sobre a matéria e usar a força do direito comunitário para uma maior intervenção a nível nacional. Isto porque estas são questões que afectam o quotidiano da maioria dos portugueses.

Trata-se, pois, de problemas que, independentemente do Executivo ser mais ou menos liberal, têm de estar muito presentes no horizonte da governação, porque não é aceitável a violação sistemática da lei.

Qual o papel que UGT pretende assumir?

Um papel de reivindicação permanente, de denúncia e de apresentação de soluções para os problemas. Ao mesmo tempo, a UGT vai assumir um papel de negociação, procurando que o Governo respeite os compromissos e acordos que foram celebrados com o anterior Executivo, particularmente, na área do emprego e formação, bem como na da higiene e segurança no trabalho e na segurança social.

Estamos igualmente disponíveis e receptivos a uma negociação tripartida que inclua novas matérias, sem esquecer os assuntos que ficaram pendentes. Falo, por exemplo, dos problemas da competitividade, produtividade, salários e da política dos rendimentos, questões centrais em Portugal.

Quais as batalhas mais imediatas que a UGT pretende travar?

Vamos bater-nos pelo direito à negociação colectiva. Vamos combater o trabalho ilegal e defender a melhoria das condições de trabalho, bem como o aumento das pensões.

Que opinião lhe merece o novo titular

da pasta do trabalho?

Como pessoa, respeitamos Bagão Félix. Relativamente às políticas que ele poderá vir a desenvolver, é preciso aguardar para ver. É evidente que há uma estratégia que ele vem defendendo sobre um plafonamento obrigatório dos descontos para a segurança social que merece a nossa inteira discordância. Teremos ocasião de verificar se o novo ministro, que já esteve muito envolvido na pasta da Segurança Social, é também sensível aos problemas do emprego e da formação, duas áreas que se são, actualmente, centrais para a governação.

Que balanço faz sobre a actuação do Executivo socialista na área do trabalho durante seis anos de governação?

Faço um balanço muito positivo. O Governo do PS fez com que o desemprego baixasse significativamente em Portugal. O País regista um dos índices de desemprego mais baixos desde há muito tempo. Foi clara a preocupação da equipa socialista com a qualidade do emprego, com a concertação social, facto que levou à celebração de três acordos sobre política de rendimentos, uma atitude que não se prendeu com a desregulamentação das leis laborais, mas com a procura de novas formas de sistematização. Para isso, foi criada uma Comissão de Análise da Legislação Laboral, entidade que deverá apresentar o seu relatório durante o próximo mês de Maio e que poderá ser muito importante para o futuro quadro jurídico do trabalho. Como principal problema verificado ao longo dos últimos seis anos, apontaria o facto de não se ter procedido à regulamentação das empreitadas, nem ao reforço da intervenção administrativa na garantia do direito à negociação colectiva.

Que políticas gostaria de ver continuadas e porquê?

É imperativo continuar as políticas que dão grande atenção às pessoas, como o Rendimento Mínimo Garantido, uma estratégia que sempre defendemos para Portugal. Igualmente essencial será a prossecução das políticas consensualizadas com os parceiros sociais – e já referi o três acordos de concertação –, atendendo necessariamente a uma melhor repartição dos rendimentos. Nos tempos que correm e face aos problemas nacionais e internacionais, crescemos acima da média comunitária, mas a convergência foi muito lenta, apesar de se ter procedido sempre no sentido do reforço da convergência real. Portanto, é fundamental que o País cresça muito mais rapidamente e que os resultados desse crescimento sejam distribuídos pelos trabalhadores, quer sob o ponto de vista do emprego quer do salário.

Durão Barroso diz que o País está de “tanga” e que vai acabar com as “pontes” laborais. Quê opinião tem a este respeito?

O País não está de “tanga”. Existe um défice no Orçamento de Estado consequência do abrandamento económico. Se estivéssemos a crescer como crescíamos há dois ou três anos o problema não existiria com esta dimensão. O Governo tem empolado esta questão com o intuito de justificar políticas restritivas inaceitáveis.



Quando ao fim das “pontes”, entendemos que, sendo uma medida avulsa, não resolve o problema da produtividade em Portugal, acabando, pelo contrário, por gerar desmotivação. Agora, discutir os factores que condicionam, no presente, a produtividade nacional, pensando em como aumentá-la e distribuir melhor os seus ganhos, são questões centrais, no âmbito das quais poderia também debater-se o tema das “pontes”, numa aproximação ao assunto da gestão do tempo de trabalho que seja mais útil às empresas e aos trabalhadores.

Como é que a UGT encara os moldes propostos para a flexibilização das leis laborais aforrada no programa do novo Governo?

O Programa de Governo aponta para legislação na área da organização do tempo de trabalho e, ao mesmo tempo, para o reforço da mobilidade. Pensamos que estes problemas não se resolvem com leis. Somos contra qualquer legislação que dê ao empregador a possibilidade de dispor dos horários dos trabalhadores. Essa é uma matéria importantíssima, praticamente tão relevante quanto a lei dos despedimentos, a propósito da qual fizemos um greve geral quando

se tentou modificá-la e garantimos que se se tentar de novo mexer nela faremos nova paragem.

A organização do tempo de trabalho é algo de extremamente penalizador para os trabalhadores e completamente inaceitável. Não questionamos a ideia de criar uma maior mobilidade ou de gerir melhor o período laboral, mas deve-se, para tal, intervir, procurando que essas matérias sejam resolvidas no âmbito de uma negociação colectiva e actuar a outros níveis que poderão condicionar esses problemas. Recorde-se que a mobilidade está ligada a às questões da habitação, dos transportes e do acesso às escolas.

Assim, para a UGT, a principal questão é o reforço da negociação colectiva e o debate em torno da adaptabilidade dos horários laborais por forma a conciliar os interesses dos trabalhadores com os da empresa.

Se os patrões conseguiram entender-se na criação de uma estrutura que a todos reúne, poderá o movimento sindical vir também a falar a uma só voz?

Eles criaram uma estrutura, porém, não falam a uma só voz. Nem está previsto que o façam. Trata-se de uma estrutura que ainda não

começou a funcionar e relativamente à qual os patrões não delegaram poderes. Parece-me, pois, extremamente frágil, aliás, como o demonstra o facto dos seus membros nem sequer conseguirem entender-se para a escolha do presidente.

No campo laboral, gostaríamos de ter uma muito maior unidade na acção, mas em torno de objectivos comuns e não em torno da luta pela luta.

Hoje, as duas centrais estão na Confederação Europeia de Sindicatos, pelo que têm obrigação de se entenderem melhor. Infelizmente, tal não tem acontecido. Não tem sido esse o caminho seguido nos últimos tempos. Vamos ver se a partir de agora há uma certa inversão desta tendência.

O sindicalismo europeu parece viver um período menos bom, mercê da emergência de uma realidade laboral que não se inscreve no recrutamento tradicional. Como podem os sindicatos continuar a desempenhar o seu papel num contexto objectivamente adverso?

Julgo que o sindicalismo não vive um período menos bom. Viveu uma fase difícil relacionada com o elevado nível de desemprego que exacerbou muitos individualismos.

Presentemente, o desemprego está a baixar na Europa e a sindicalização aumenta. O movimento sindical à escala europeia está a desenvolver grandes manifestações em prol de um avanço na integração económica, mas também na área social, política e cultural.

Portanto, o sindicalismo europeu está vivo, como o prova, em termos mundiais, a sua participação na defesa de uma globalização diferente.

Como referiu, os sindicatos defrontam novos desafios a que têm de responder de forma diferente, procurando ainda novas formas de associação.

Perante as grandes problemáticas da actualidade – globalização, alargamento da União Europeia, euro, desenvolvimento tecnológico, liberdade de circulação de capitais –, é preciso fazer uma intervenção diferente do movimento sindical a nível nacional e internacional.

Mas o sindicalismo tem de continuar a estar cada vez mais presente nas empresas, dando atenção especial à participação no seio destas. Podemos falar de outros espaços de participação e estou a pensar, por exemplo, no sectorial, embora não devamos nunca esquecer o empresarial.

Verifica-se, hoje, uma certa preocupação com a criação dos comités europeus da empresa e com a discussão que devemos ter em Portugal sobre a representação unitária dos trabalhadores na empresa.

No entanto, o sindicalismo, para além do carácter reivindicativo, tem de ter sempre os acordos de negociação colectiva de trabalho, que são fundamentais. Tem ainda de encontrar novas formas de participação e de resposta aos problemas dos trabalhadores, na prestação dos serviços, nos tempos livres e na área cultural.

Julga, então, que a tendência de um certo enfraquecimento da influência dos sindicatos que se fez sentir no fim da década de noventa foi já invertida?

Foi claramente invertida. Ainda há dias esteve num congresso nos estados Unidos em que a AFL acusou, nos últimos três anos, mais de um milhão de filiados, apesar dos problemas que se conhecem.

Em Portugal essa mudança também se verifica?

Sim, embora haja que atender a problemas novos, ou seja, temos de ter bem presente que o crescimento do movimento sindical português deve ser feito, sobretudo, na faixa da população activa jovem e na feminina.

É preciso pensar no tipo de abordagem a fazer aos trabalhadores que estão numa situação ambígua entre o trabalho por conta de outrem e o trabalho por conta própria, movimentando-se numa economia informal que abrange já mais de 20 por cento da população activa.

Portanto, a crise do sindicalismo está ultrapassada, embora persistam problemas relativos à situação específica de certos grupos de trabalhadores.

A imigração é uma realidade que está a ser equacionada no âmbito da UGT. Como defender estes trabalhadores, muitos deles ilegais e por isso sujeitos a todo o tipo de exploração?

A UGT bateu-se inequivocamente pela legalização dos imigrantes, envolvendo-se nas três campanhas que foram realizadas para esse fim, combatendo um clima de medo promovido por alguns empresários, procurando informar os imigrantes sobre os seus direitos, e lutando pela integração destes.

É preciso não esquecer que os imigrantes dão uma contribuição muito útil ao desenvolvimento de Portugal. Mas é evidente que o País não pode manter uma política de porta aberta. Temos que procurar, com os olhos postos no futuro, combater uma imigração ilegal e promover a imigração legal, tornando-a instrumento de cooperação com os países de língua portuguesa.

A imigração é uma problemática que está a criar dificuldades políticas em toda a Europa. A extrema direita, cavalcando esta realidade, ganha força, podendo mesmo pôr em causa



os alicerces do regime democrático. Como dirigente sindical e partidário, quais devem ser as armas a utilizar para combater uma certa xenofobia que se instalou?

As armas são múltiplas. Numa comunidade em que há desemprego, pobreza e exclusão surgem sempre problemas de carácter racial e outros, pelo que temos de combatê-los nas suas origens. Temos também de batalhar arduamente contra a exploração ilegal dos trabalhadores. Este flagelo tem de acabar, bem como todos os problemas de integração social.

Portugal continua a ser uma sociedade aberta e plural. Os acessos de racismo e xenofobia não são significativos, mas há riscos de choque

entre a nova comunidade de emigrantes da Europa central e a aquela proveniente dos PALOP.

É fundamental promover a integração de todos os imigrantes que estão legalmente em Portugal. Temos que discutir bem a questão a imigração ilegal na sua raiz, nas suas soluções.

Eu diria que os fenómenos Le Pen são alertas. Felizmente, a nossa democracia, como a maior parte das democracias europeias, está suficientemente consolidada, daí que este fenómeno seja um pouco marginal.

O que é de facto preciso é evitar que uma certa faixa da população se sinta marginalizada dos instrumentos de progresso.

Uma das questões fundamentais da nossa economia prende-se com a baixa produtividade dos portugueses. Seguindo o modelo neoliberal, a receita passa pelo aumento do desemprego. Acha que esta política tem condições de ser aplicada em Portugal?

Se apostarmos na produtividade pela produtividade, seguindo o modelo que referiu, haveria uma explosão do desemprego e, em vez de resolvermos problemas, criávamos novos. Aliás, isto até poderia diminuir a competitividade das empresas portuguesas.

Por isso, há um certo tipo de equilíbrios a preservar. Acharmos que se deve apostar nos aumentos de produtividade, mas tendo em conta também as consequências que eles poderão ter para o emprego e para as condições de vida e de trabalho.

Então, do ponto de vista da UGT, qual a solução para aumentar a produtividade portuguesa?

Em Portugal temos, em média, uma baixa produtividade, mas se analisarmos as empresas, verificamos que, aquelas que são bem organizadas, têm uma produtividade ao nível europeu, como é o caso das multinacionais radicadas no País, do sector financeiro, bancário e segurador.

Portanto, temos de atacar os problemas da produtividade nas suas condicionantes várias,

ligadas muitas vezes à falta de capacidade empresarial. Devemos actuar ao nível da educação, da formação, ao nível dos factores de bloqueamento da produtividade. Aumentá-la é do interesse de alguns empregadores, mas é bom que não se esqueça também que a baixa produtividade tem significado baixos salários e que aumento de produtividade deve significar um aumento destes, havendo, pois, um equilíbrio ligado ao problema do desemprego. Portugal está numa boa situação nesta matéria e, se entrarmos num período de crescimento económico, precisaremos ainda de mais trabalhadores, que podem vir a ser pessoas que entram pela primeira vez no mercado ou que foram libertadas para aumento de produtividade.

É, deste modo, essencial articular os índices de produtividade controlados com as necessidades da economia sem gerar um aumento do desemprego. Se assim fizermos, estaremos no bom caminho, ou seja, haverá aumentos de produtividade, mais riqueza, mais salários, mais pensões.

Como atrair os jovens para o sindicalismo?

Estamos a falar de duas situações completamente distintas. No que se refere aos jovens, há problemas de âmbito cultural que temos de assumir. Os sindicatos não têm o atractivo que tiveram no passado, perante trabalhadores que já tinham uma cultura sindical, uma cultura de movimento operário. Hoje, os jovens estão sujeitos a vínculos precários e a atitudes anti-sindicalistas por parte dos empresários, o que vem dificultar a sindicalização desta faixa da população activa.

Temos que lutar por alterar esta precariedade e mostrar a juventude qual a utilidade do sindicato, abrindo ainda novas formas de participação dos jovens na vida do movimento sindical.

Quanto às mulheres, é preciso que se esclareça que em Portugal temos uma taxa altíssima de trabalho feminino. A tempo inteiro, então, estamos nos primeiros lugares da Europa.

Acontece que, normalmente por causa de uma cultura mediterrânica que discrimina a mulher, exige-se dela que tenha uma tripla responsabilidade: seja profissional, doméstica e maternal.

Assim, as mulheres têm menor disponibilidade para participar activamente na vida do sindicato, como delegadas sindicais, ou no seio das estruturas intermédias.

A estratégia, aqui, passa pela condução de uma política de acções positivas. Não só tem que haver uma actuação cada vez mais forte em termos de luta pela igualdade de oportunidades, como também devemos discriminar positivamente, reforçando a presença das mulheres nos órgãos dirigentes das centrais e dos sindicatos.

Quais os caminhos do novo sindicalismo?

O novo sindicalismo é reivindicativo e participativo. É um sindicalismo que assume as suas responsabilidades nas mudanças da sociedade e, consequentemente, honra os acordos e compromissos que estabelece. É um sindicalismo cada vez mais presente na empresa e a nível internacional. Cada vez mais preocupado com os problemas dos trabalhadores, mesmo aqueles que não emanam directamente da lide laboral.

MARY RODRIGUES

UNIAO GERAL DE TRABALHADORES **UGT** UNIAO GERAL DE TRABALHADORES

Melhores Salários  Empregos de Qualidade

1º MAIO
Junto à Torre de Belém 2002

Justiça e Solidariedade

Dia do Trabalhador de Festa





O discurso catastrófico da “tanga” laranja pode prejudicar o futuro da economia portuguesa e a credibilidade internacional do País. O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, posicionou-se contra um “pessimismo excessivo e injustificado” que pode impedir a continuidade, nos próximos anos, do ganho de quotas de mercado por parte das exportações nacionais, influenciando negativamente as expectativas dos agentes económicos. Os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (que integram já as contas nacionais anuais de 1995 a 1997) e as estimativas do Banco Central, explicadas no boletim trimestral referente a Março passado,

e divulgadas terça-feira moderam o retrato pintado pelos profetas da desgraça. Considerando que o País não vive uma crise económica, mas antes orçamental, Constâncio defende que “o respeito pelas grandes orientações contidas no programa de estabilidade é essencial à credibilidade externa”. “Não existe, como é conhecido, um problema técnico de sustentabilidade das finanças públicas portuguesas. Temos um rácio da dívida pública em relação ao PIB de 55 por cento, inferior à média europeia, e as regras do Pacto de Estabilidade quanto aos défices asseguram que terá de continuar a diminuir”, explicou o governador, defendendo o não adiamento do

ECONOMIA

CRISE DA TANGA

objectivo do défice zero. “A referida credibilidade externa requer a manutenção do objectivo de um défice próximo do equilíbrio em 2004, dada a necessidade de darmos visibilidade a um esforço sério de consolidação orçamental”, sustentou Constâncio

Portanto, não houve recessão em 2001. A economia portuguesa abrandou no ano passado devido à contenção do consumo privado e do investimento, mas o emprego continuou a crescer (1,6 por cento) e os gastos público aliados à quebra nas importações impediram a crise.

O Banco de Portugal adianta que “a desaceleração da procura interna privada foi acompanhada por um abrandamento do crédito ao sector privado não financeiro”, mesmo quando se verificou uma conjuntura de taxas de juro com “níveis historicamente baixos” e quando a taxa de desemprego ficou “abaixo do que se considera ser a taxa natural de desemprego”. Tratou-se, pois, de uma situação anómala entendida como ajustamento ao sobreendividamento verificado em 2000.

A contração do consumo terá tido a ver, igualmente, com “um aumento da incerteza quanto à evolução futura da economia”.

Vítor Constâncio alertou – na apresentação deste boletim – para os riscos actuais do “pessimismo excessivo” em adensar essa incerteza.

Por outro lado, o governador não excluiu a possibilidade de os efeitos da contração da economia se arriscarem a ser ampliados pela correcção orçamental”.

Neste contexto, o governador apelou ao entendimento, classificando como “indispensável” um elevado nível de consenso nacional quanto aos objectivos a atingir, “sem

dramatismos, mas de acordo com um sentido de responsabilidade geralmente partilhado relativamente aos interesses nacionais”.

Para Vítor Constâncio, a actual conjuntura económica não justifica um congelamento salarial. “Mas precisamos de uma maior moderação dos aumentos”, observou.

Portugal cresceu em 2001 convergindo com a UE

De acordo com o boletim económico do Banco de Portugal, o produto interno bruto (PIB) cresceu 1,8 por cento em 2001, registando “uma significativa desaceleração” face aos anos anteriores, mas convergindo com a União Europeia (UE).

Apesar da desaceleração, o PIB português cresceu a um ritmo 0,3 pontos percentuais superior ao da média da UE, que também desacelerou de 3,4 por cento.

Por seu turno e segundo as Contas Nacionais Trimestrais divulgadas, também terça-feira, pelo INE, a economia portuguesa cresceu o ano passado 1,7 por cento. A riqueza gerada no país em 2001 atingiu 24,60023 mil milhões de contos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, o crescimento da economia foi dinamizado pelo consumo público (mais 2,4 por cento) e pelas exportações, que aumentaram 2,9 por cento.

Já no que respeita ao investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), este estagnou, enquanto o consumo privado observou um acréscimo de 0,9 por cento.

O endividamento do País desacelerou para 9,584 mil milhões de euros (1,921 mil milhões de contos).

M.R.

EQUIPAMENTOS

GOVERNO CORTA FITAS DE OBRAS SOCIALISTAS

O Governo do PS deixou um conjunto de obras por inaugurar, o que foi, aliás, objecto de uma peça jornalística no “Acção Socialista”.

Se na semana passada foi aberta a Escola Básica do 1º Ciclo Hélia Correia, em Mafra, classificada pelos técnicos educativos de “excelente”, esta semana o novo Executivo pode cortar a fita de uma outra obra alheia. Assim, abriu ao trânsito o lanço da auto-estrada 13, entre Santo Estevão, Pegões e Marateca.

Segundo a Brisa, no sublanço Estevão Pegões, com a extensão de 19,3 quilómetros, os preços das portagens são de 1,3 euros (260 escudos) para veículos de classe um, 2,3 euros (461 escudos) para a classe dois, 2,95 euros (591 escudos) para a classe três e da classe quatro

1,75 euros (350 escudos).

O investimento total na construção do lanço ascendeu a 78 milhões de euros (mais de 15,6 milhões de contos).

Entretanto, uma outra cerimónia inaugural de obra socialista ocorreu na Covilhã. O novo bloco da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira do Interior (UBI) é uma realidade, fruto da iniciativa do Executivo chefiado por António Guterres.

Este novo espaço nasceu a partir da recuperação da antiga Fábrica do Moço, sendo apontado como mais um exemplo do trabalho da universidade na requalificação do vasto património industrial espalhado pela Covilhã. Tratam-se de instalações que servirão

provisoriamente o curso de Medicina, criado pelo Governo do PS, até que seja inaugurado o novo pólo da UBI, junto ao Hospital da cidade. Orçadas em cerca de 20 milhões de euros, as obras a surgir junto à unidade hospitalar estendem-se por uma área total de 16 mil metros quadrados, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no início de 2005.

O acto inaugural da Faculdade inseriu-se nas comemorações do Dia da UBI, que celebrou o seu 16º aniversário.

Entretanto, no próximo sábado, será a vez da abertura ao trânsito da réplica da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios.

Recorde-se que a inauguração desta infraestrutura ocorre pouco mais de um ano após o

trágico acidente que vitimou cerca de três dezenas de pessoas, o que revela a rapidez da administração socialista na resposta ao lamentável acontecimento e que visou minorar a inquietação dos familiares dos sinistrados.

Desde o colapso da antiga ponte, 900 mil veículos e mais de 1,3 milhões de pessoas usaram “ferry-boat” para atravessar o Douro em Entre-os-Rios, segundo revelou a empresa concessionária do serviço Douro Azul.

Após a inauguração de mais esta obra encetada pelo Executivo do Partido Socialista – acto no qual está prevista a presença de Ferro Rodrigues –, o serviço dos “ferries” cessará e as dificuldades de circulação na zona causadas pelo acidente terão fim.

M.R.

ANA CRISTINA

PS PRECISA DE RENOVAR OS QUADROS E AS ESTRUTURAS

Adepta incondicional de Ferro Rodrigues, "um líder forte, sério, competente e muito humano", e de José Sócrates, "fez um trabalho notável na pasta do Ambiente", Ana Patrícia, do Secretariado da Secção de Campo de Ourique, defende que "o partido precisa de renovar os quadros e as estruturas e aproveitar a garra da juventude".

Finalista do curso de engenharia do ambiente, seguiu com muita atenção a actuação de José Sócrates, não lhe poupando elogios. "Fez um trabalho notável na área do ambiente, não cedendo às inúmeras pressões a que foi sujeito numa pasta particularmente difícil. Desde a questão dos aterros sanitários até à co-incineração - foi uma estupidez e pura demagogia Durão Barroso ter parado este processo -, passando pelo programa Polis, a actuação do camarada José Sócrates merece-me os maiores elogios. Foi um momento alto da governação socialista que considero globalmente positivo, não tendo sido tão conseguida nos dois últimos anos onde houve falta de élan e muitas hesitações".

Ainda na área do ambiente, um sector que lhe é particularmente caro, afirma que ainda há muito por fazer, nomeadamente na área da educação ambiental. "Muitos portugueses continuam, por desconhecimento, a ter comportamentos e atitudes que afectam o meio ambiente", refere, acrescentando que é urgente alterar esses hábitos através de massivas campanhas de informação.

Militante do PS desde os 18 anos, membro do Secretariado da Secção de Campo de Ourique com o pelouro de coordenadora dos Grupos de Trabalho, Ana Patrícia refere que se inscreveu no PS por três motivos principais: "Gosto de política, identifique-me com os ideais e o programa do partido e quero contribuir com a minha acção política para o bem comum".

PS deve ser oposição forte e construtiva

Militante de base, orgulha-se do trabalho que tem vindo a ser realizado pela sua Secção. "Temos realizado com muita



militância e dedicação diversas iniciativas, desde debates sobre temas da actualidade até lanches, que servem para reforçar os nossos laços de camaradagem". No entanto, refere que por vezes é muito difícil mobilizar os militantes. "Muitos camaradas não têm uma noção muito clara

dos direitos e deveres dos militantes", afirma, sublinhando que esta realidade tem constituído um desafio para os membros do Secretariado que não se têm poupado a esforços para alterar esta situação. O que é certo, adianta, é que fruto do empenho de todos, em especial do

coordenador da Secção, o nosso trabalho tem dado frutos e as nossas iniciativas são muito participadas.

Ainda no plano interno, Ana Patrícia defende que "o PS precisa de renovar os quadros e as estruturas e aproveitar a garra da juventude", bem como "promover um intenso e participado debate de ideias que o afirme como um partido esquerda, capaz de fazer uma oposição forte e construtiva, marcando a agenda política e apresentando iniciativas".

Esta camarada refere, por outro lado, que a questão das quotas das mulheres é um mal necessário, salientando que "as mulheres devem ascender aos cargos por mérito próprio".

Afirmando-se confiante no futuro do PS, Ana Patrícia sublinha que o nosso partido não podia ter um melhor líder. "Ferro Rodrigues é um líder forte, sério, competente e muito humano, capaz de renovar o partido".

"Durante a campanha eleitoral para as legislativas, em circunstâncias muito difíceis, conseguiu para o nosso partido um resultado apreciável e um enorme capital de confiança e de esperança", frisa.

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS



Político nacional
Fernando Valle

Político estrangeiro
Tony Blair

Livro
"Os Maias"

Escritor
Eça de Queiroz

Filme
"A Lista de Schindler", de Steven Spielberg

Música
Sérgio Godinho

Música
"A Hora do Lobo"

AÇORES

GOVERNO REGIONAL AUMENTA COMPLEMENTO DE PENSÃO

A política de apoio activo aos mais desfavorecidos continua a ser um dos objectivos centrais da acção do Governo Regional dos Açores, chefiado pelo socialista Carlos César.

Neste quadro, o Governo açoriano anunciou o aumento de quatro por cento para o complemento regional destinado aos pensionistas e reformados das ilhas, com o objectivo de os compensar pelos custos derivados da insularidade.

A decisão, tomada em Conselho do Governo, tem efeitos a 1 de Janeiro deste ano e pretende “materializar a justiça social devida aos mais desfavorecidos”.

O Executivo socialista açoriano actualizou, também, a remuneração complementar para os trabalhadores da administração pública regional e local em 2,75 por cento.

As medidas agora anunciadas integram-se no “compromisso assumido” de proceder ao aumento dos complementos de pensão em níveis superiores aos da inflação e da remuneração complementar acompanhando os acréscimos salariais da Função Pública.

Na reunião que decorreu na Horta, na semana passada, o Executivo aprovou, por outro lado, o projecto “Açores - Região Digital”, que pretende criar condições para o desenvolvimento da sociedade de informação nas ilhas.

Para isso, estão previstas intervenções na modernização administrativa e do tecido produtivo, no relacionamento entre o ensino e sociedade de informação, prestação de cuidados de saúde, combate à info-exclusão e promoção de conteúdos regionais e nacionais.

Programa de mobilidade juvenil

Foi, ainda, aprovado o programa de mobilidade juvenil, destinado a jovens dos 12 aos 25 anos, que passam a ter a possibilidade de efectuar intercâmbios entre as várias ilhas, o Continente e as comunidades emigrantes dos Estados Unidos e Canadá.

O Governo adjudicou, por outro lado, à empresa

Damen Shipyards a construção de dois rebocadores para os portos da Horta e Praia da Vitória, um investimento de cerca cinco milhões de euros (um milhão de contos).

A aquisição das duas novas embarcações, com possibilidade de apoio a combate a incêndios e poluição marítima, justifica-se pela necessidade de garantir uma melhoria na operacionalidade e segurança nas operações portuárias.

Região vive em estabilidade financeira

Entretanto, o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, afirmou que a região “vive em estabilidade financeira e sem crises porque não gasta para além das receitas que possui”.

O presidente do Governo Regional falava domingo na cerimónia comemorativa dos 150 anos da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, agraciada pelo Presidente da República como Membro Honorário da Ordem de Mérito Agrícola Comercial e Industrial (Classe de Mérito Comercial).

Carlos César sustentou que “a região tem falta de dinheiro para fazer mais do que actualmente faz e que existem dificuldades nas finanças públicas em acompanhar o pujante investimento privado que tem obrigado a revolucionar o planeamento governamental”. “A iniciativa privada começa a ter um papel determinante no desenvolvimento das ilhas”, acrescentou Carlos César, sublinhando que cada vez mais “é menos determinante o investimento público”.

Agendada para hoje está uma reunião, em Lisboa, entre o presidente do Governo Regional, Carlos César, e o primeiro-ministro, Durão Barroso, para analisar a ajuda do Governo ao processo de reconstrução das zonas atingidas pelo sismo de 1998. Em causa está um financiamento de 20 milhões de euros (4 milhões de contos), cuja atribuição foi decidida pelo Governo de António Guterres.

ORÇAMENTO

AMADORA DÁ PRIORIDADE AO REALOJAMENTO



A Câmara Municipal da Amadora elegeu o realojamento como prioridade, no Orçamento para 2002, atribuindo ao investimento na habitação 58 por cento do Orçamento para 2002, cerca de 78,3 milhões de euros (15 milhões de contos).

“É uma fatia significavtíba do Orçamento para 2002, mas não é com estes 58 por cento que fica resolvido o problema do realojamento no concelho”, disse o socialista Joaquim Raposo, presidente da Câmara da Amadora.

Adiantou, no entanto, que este esforço elevado vai permitir realojar mais de mil famílias até 2003, e também concluir as urbanizações para realojamento do Casal da Mira e do Casal do Silva.

Segundo Joaquim Raposo, para resolver o problema do realojamento, eram precisos cerca de dez mil fogos, incluindo os inscritos no Plano Especial de Realojamento (PER) e os agregados familiares que não estão recenseados.

O edil socialista disse que estão mais de seis mil agregados recenseados, mas ainda falta resolver os agregados que vieram morar para o concelho recentemente sem estarem recenseados no PER, acrescentando que há ainda outras situações por definir como a Cova da Moura e a Brandoa.

Joaquim Raposo espera uma “maior

sensibilidade” do Governo para o problema do realojamento no concelho, já que a Câmara por si só não tem estrutura financeira para lidar com alguns dos problemas que irão surgir “mais tarde ou mais cedo”.

“Temos a falta de terrenos, porque não há lugar na Amadora para realojar tanta gente, e temos o problema da manutenção e conservação dos fogos que, se a Câmara ficar com essa responsabilidade, terá certamente problemas financeiros”, alertou.

CDU viola acordo

Os acordos para a CDU na Amadora são letra morta. Os comunistas, que fazem parte do Executivo da Câmara, votaram contra o Orçamento de 2002, violando um acordo político com o PS.

Em causa está um acordo feito quando da atribuição dos pelouros no Executivo, segundo o qual os comunistas não poderiam inviabilizar certas propostas da maioria socialista, como o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2002.

O socialista Joaquim Raposo, presidente da Câmara, espera que situações destas “não se repitam”, pois “não beneficiam em nada a credibilidade dos partidos”.

BAIÃO

PS CONTRA CHOQUE FISCAL DA CÂMARA

O PS está indignado com uma das últimas medidas da Câmara de Baião, presidida pela autarca laranja Emília Silva, que obriga os municípios a pagar 25 euros à autarquia sempre que façam qualquer reclamação, mesmo que seja em defesa do interesse público.

E a ajuda de um funcionário camarário para preencher um requerimento vai custar, pasme-se, dois euros.

É o que o vereador socialista, José Luís Carneiro, chamou, ironicamente, “choque fiscal à moda de Baião”.

Em conferência de Imprensa, o PS contestou também a aplicação da taxa de recolha de lixo a particulares e estabelecimentos comerciais e a proposta de regulamento municipal de urbanização, que prevê expropriações sem direito a indemnizações.

MIGRAÇÕES

*Aprender a viver juntos
sem discriminações na cooperação
e na solidariedade, como cidadãos,
é um percurso exigente, mas o único
que assegurará níveis elevados
de integração e coesão social.*

José Leitão



Com as contribuições de

Carlos Luis
Carlos Zominho
Celeste Correia
Inácio Mota da Silva
João Rui de Almeida
José Leitão
Maria Beatriz Rocha-Trindade
Nuno Severiano Teixeira
Paulo Flisco
Romualda Fernandes

CULTURA

MEDEIROS FERREIRA E MARÇAL GRILO LANÇAM LIVROS

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional e deputado do PS Medeiros Ferreira lançou, em Buenos Aires, na Argentina, o livro "Portugal em Transe", já publicado no México e em Espanha.

Segundo Medeiros Ferreira, o livro "Portugal em transe" procura justificar o percurso seguido pelo país, "entre o período revolucionário, logo após o 25 de Abril de 1974, e a transição constitucional para a democracia política pluralista".

O livro cobre o período do pacto entre o Movimento das Forças Armadas e o partidos, terminando com a revisão constitucional de 1982, que acabou com o Conselho da Revolução, entre outros aspectos.

Aproveitando a sua estada na Argentina, o deputado socialista foi o principal interveniente numa conferência, na Universidade de Concórdia, estando ainda presente na terça-feira numa sessão promovida pela delegação do Instituto de Camões em Buenos Aires.

Entretanto, também Marçal Grilo lançou um livro, "Desafios da Educação - Ideias para uma Política Educativa no Século XXI" é o título da obra, onde o ex-ministro da Educação defende que as escolas, universidades e politécnicos devem ser "obrigadas" a gerir melhor as suas



finanças e a prestar contas dos orçamentos que lhes são atribuídos.

O combate ao desperdício, a racionalização de meios e uma melhor gestão das escolas são algumas das ideias-força avançadas por Eduardo Marçal Grilo no livro que reúne textos escritos desde a sua saída do Governo em 1999.

Embora faça especial referência aos problemas do ensino superior, Eduardo Marçal Grilo apresenta as suas posições sobre sucesso escolar, avaliação e qualidade educativa, o papel da televisão na formação, a educação no contexto europeu e a língua portuguesa no processo de cooperação.

FALECIMENTO DE FERNANDO PESSA

Ferro Rodrigues elogia o exercício cívico do jornalismo

Para o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, a morte do jornalista Fernando Pessa representa o desaparecimento de um comunicador, que fazia da sua profissão "um permanente exercício cívico".

Em comunicado, o líder socialista lembrou alguns dos momentos mais marcantes da carreira jornalística de Fernando Pessa. "Da cobertura da II Guerra Mundial, desde Londres aos microfones da BBC, até aos 'postais ilustrados' sobre a cidade de Lisboa, Pessa demonstrou uma jovial energia que ficará, felizmente, gravada na memória de todos os portugueses", salientou Ferro Rodrigues.

"Eu e o PS enviamos à viúva de Fernando Pessa os nossos sentimentos, com a certeza de que a sua memória perdurará sempre", refere o secretário-geral do PS.

Símbolo para os portugueses

Comentando a morte do decano dos jornalistas, Mário Soares disse que Fernando Pessa foi "um grande jornalista, um grande repórter, um homem extremamente cordial e simpático". O jornalista Fernando Pessa era um "símbolo e uma referência" para milhões de portugueses,

afirmou hoje o ex-presidente da República Mário Soares que em 1991 lhe concedeu a medalha de Grande Oficial da Ordem do Mérito. O ex-presidente da República referiu ainda que apesar de só ter conhecido pessoalmente Fernando Pessa depois do 25 de Abril, tinha por ele uma "admiração e uma estima muito grandes" desde o tempo em que o ouvia "todas as noites" na BBC.

Consternação em Aveiro

Por sua vez, o presidente da Câmara de Aveiro, terra natal de Fernando Pessa, manifestou-se "profundamente consternado" com a morte de um repórter que "atravessou o século com um estilo de comunicar muito profissional e alegre". Alberto Souto de Miranda lembrou as iniciativas da autarquia que assinalaram o centenário do decano dos jornalistas portugueses, considerando que exprimiram o "carinho e a admiração" que Aveiro tinha pelo seu conterrâneo.

A 15 de Abril, data do aniversário de Fernando Pessa, a Câmara de Aveiro associou-se a duas instituições locais - a Irmandade de Santa Joana e o Lions Clube local - para assinalar a efeméride, descerrando uma placa na casa onde nasceu e lançando um prémio jornalístico com o seu nome.

[...] para poupar nas despesas, agrupa-se a comissão dos assuntos europeus com a comissão dos negócios estrangeiros, dilui-se o trabalho numa imensa comissão dos assuntos sociais, podendo-se chegar ao momento em que cada deputado, no exercício das suas funções apenas poderá subscrever por sessão legislativa um projecto de lei; apresentar um requerimento ao governo; formular uma questão ao governo ou interpelar um membro do Governo em plenário.

Caro Presidente Mota Amaral,

Diz o Povo que a memória dos homens é curta, mas não havia necessidade de reavivar a memória do que foram as atitudes e os instrumentos das maiorias absolutas do PSD dos tempos do professor Cavaco Silva. De absurdo em absurdo, a Assembleia da República, sob os auspícios da força da nova maioria absoluta PSD/PP, está em vias de começar a funcionar de acordo com as novas regras. As regras da maioria.

Primeira regra, expressa pelo ministro Marques Mendes com o assentimento de Vossa Excelência, quem ganha fica em cima, quem perde vai para baixo. Falamos dos gabinetes dos deputados no "novo" edifício da Assembleia. A partir de agora, à moda da rendição da guarda, quando ocorrer mudança de titulares do poder governativo, a expressão visível dessa alteração concretiza-se no movimento vertical dos utentes dos gabinetes. Permitimo-nos sugerir que, em cada andar do edifício, possam existir mastros onde sejam colocadas as bandeiras dos partidos ocupantes, de modo a facilitar aos transeuntes e aos turistas, a informação sobre quem está no exercício do poder – governativo, entenda-se.

Segunda regra, para poupar nas despesas, agrupa-se a comissão dos assuntos europeus com a comissão dos negócios estrangeiros, dilui-se o trabalho numa imensa comissão dos assuntos sociais, podendo-se chegar ao momento em que cada deputado, no exercício das suas funções apenas poderá subscrever por sessão legislativa um projecto de lei; apresentar um requerimento ao governo; formular uma questão ao governo ou interpelar um membro do governo em plenário. O Governo, pelo incómodo a que fica sujeito, deverá ter sempre direito à soma dos tempos de todos os partidos com representação parlamentar. Mas nada disto é novo, em relação às questões europeias o PSD sempre teve a visão interesseira-europeísta – quantos fundos vamos conseguir? Terceira regra, os deputados, quando em deslocações ao estrangeiro em representação da Assembleia da República – segundo Vossa Excelência para que o Povo não as considere "viagens de turismo" – deverão submeter as suas eventuais intervenções à apreciação formal ou material do Presidente. A dúvida surge, a quem deverá Vossa Excelência submeter as suas intervenções? A agenda de dignificação e valorização da instituição parlamentar não é compatível com os inúmeros

Se a Europa quiser assumir um papel internacional à medida do seu peso e das suas responsabilidades, então também terá de consagrar constitucionalmente e desenvolver verdadeiras competências militares. Como disse há pouco o Presidente Jorge Sampaio, tal é uma necessidade se quisermos assumir responsabilidades em termos de segurança regional e global.

No momento em que se debatem as missões da Europa, é meu propósito pôr em destaque três dessas missões, fundamentando-me na própria leitura que a minha Constituição nacional faz da construção europeia.

Referir-me-ei, em primeiro lugar, à missão internacional. A missão europeia na cena internacional, orientada constitucionalmente "a favor da democracia, da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos", constitui, no quadro a que me reporto, um dos imperativos identitários no âmbito das relações externas.

Muitos dos membros da Convenção já se pronunciaram acerca da importância desta missão para o futuro da União.

Na visão que daí decorre, a missão externa deve ter uma tradução mais ambiciosa, exigente e operativa num tratado de alcance constitucional.

E quem quer os fins, e os não quer apenas em palavras, deve querer também os meios.

Se a Europa quiser assumir um papel internacional à medida do seu peso e das suas responsabilidades, então também terá de consagrar constitucionalmente e desenvolver verdadeiras competências militares. Como disse há pouco o Presidente Jorge Sampaio, tal é uma necessidade se quisermos assumir responsabilidades em termos de segurança regional e global. Devemos fazê-lo – e a Constituição da República Portuguesa é favorável a que o façamos.

Coesão económica e social

A realização da coesão económica e social, no âmbito interno, é, no quadro de referência de que parto, uma das missões europeias que legitimam a colocação em comum do exercício dos poderes soberanos necessários à construção da União.

O combate às desigualdades nas suas várias dimensões e a promoção do modelo social europeu são aspectos indissociáveis dessa missão constitutiva da Europa. Tal missão deve ser reforçada e tornada mais densa ao nível máximo do ordenamento jurídico europeu, não apenas para garantir a lógica subordinação dos normativos e decisões que ocorram em plano inferior, mas sobretudo para sustentar uma acção coerente e eficaz em todos os níveis – o que, mais do que tudo, em sede de coesão, credibilizará a Europa diante dos europeus.

CARTA SEMIABERTA AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

exemplos de exercício musculado do poder pela actual maioria absoluta, a que Vossa Excelência tem dado anuência.

Quarta regra, ao líder do maior partido da oposição como aos deputados dos partidos extra-CD (Convergência Democrática), Vossa Excelência, os partidos da maioria e o Governo, querem reservar o estrito direito de se indignar. "Indigne-se, mas não faça muitas ondas" parece ser o lema da CD para a oposição. Existem alguns problemas com os quais a CD tem de se confrontar, uns superáveis pela força cega da maioria, como o Regimento da Assembleia, outros mais difíceis de superar como o da Constituição da República Portuguesa. Há questões de cortesia e respeito pelas oposições em que o mínimo que deveria ser exigível era o de tratar os outros com a mesma dignidade com fomos tratados. Mas para o PSD, tudo não passa de meros pormenores. Senão vejamos, a maioria do PS cedeu ao líder do maior partido da oposição, Dr. Durão Barroso, uma área que pertencia ao PS na distribuição de espaços. A maioria absoluta PSD, sobre a questão do gabinete do líder do maior partido da oposição, defende a tese que, se queremos um gabinete, encontrem-no entre o espaço que vos foi distribuído.

Na expectativa que à quarta regras, não sejam adicionadas mais regras de prepotência e falta de bom senso, formulamos votos para que possa exercer uma Presidência tão isenta e competente como as duas desempenhas pelo presidente cessante António Almeida Santos.

P.S. A carta é semiaberta porque, pelo início da função, ainda vamos ter de a abrir mais em algum palco de uma expressão pública de uma cidadania activa.



ANTÓNIO GALAMBA

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA E MISSÕES EUROPEIAS

Espaço de liberdade, segurança e justiça

Ao lado da realização da coesão económica e social, a construção dum espaço europeu de liberdade, segurança e justiça alcançou já também, para nós, clara graduação constitucional.

E essa é, como a anterior, uma missão também legitimadora dum modo de exercício de competências soberanas diferente do tradicional, capaz de ultrapassar limitações actualmente sentidas no quadro de cada um dos Estados europeus, nomeadamente no combate aos mais graves crimes e ameaças à segurança.

Para lá de todos os argumentos políticos de actualidade, já abundantemente desenvolvidos e que me dispuso de referir, seria para nós constitucionalmente incoerente não defender aqui também a mais elevada graduação, no futuro tratado, para esta missão europeia. Em suma, numa visão com suporte e ambição constitucional, justifica-se hoje lugar de primeiro plano para – sem prejuízo doutras já sustentadas – as seguintes missões da Europa:

- acção internacional a favor dos princípios integrantes da identidade europeia, implicando as competências instrumentais necessárias para assegurar a sua eficácia;
- promoção da coesão económica e social como eixo de legitimação interna da nova fórmula de exercício de competências soberanas;
- construção dum espaço de liberdade, segurança e justiça onde as tradicionais fronteiras estatais não representem dificuldades inaceitáveis no combate ao crime e à insegurança.



ALBERTO COSTA

AUDIÇÃO

MANUEL DOS SANTOS QUESTIONA VICE-PRESIDENTE DO BCE



O eurodeputado socialista Manuel dos Santos foi um dos membros da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do PE escolhidos para proceder à audição do actual candidato a vice presidente do Banco Central Europeu, o governador do Banco da Grécia, Lucas Papademos.

No exame, Manuel dos Santos interrogou Papademos acerca das suas prioridades em relação às regras de "accountability" do BCE, ou seja, da forma como pretende implementar e dinamizar, enquanto vice-presidente, as dimensões da transparência, discussão e controlo democrático das políticas monetárias decididas pelo BCE.

"O valor da independência é um valor de grau superior, mas pode ser articulado com o dever de prestar contas e de partilhar políticas, e de fazer participar as outras instituições e a própria

opinião pública europeia nessa mesmas políticas", afirmou Manuel dos Santos na sua intervenção.

O eurodeputado socialista sustentou que "optar por mais Europa exige também melhores instituições, e o Banco Central tem de ser incluído nesse esforço de melhoria e de partilha".

Manuel dos Santos interpelou ainda o vice-presidente sobre a necessidade de a curto prazo se alterarem os estatutos do BCE, visando uma certa forma de controlo político, e sobre a possibilidade de divulgação das actas das reuniões do Conselho do banco com a indicação das correntes de opinião formadas, ainda que sem a identificação de cada um dos votos. Alterações que, segundo o eurodeputado socialista, "fariam com que as decisões fossem em cada momento partilhadas e se tornassem mais eficazes".

IGUALDADE

VITORINO E A REVISÃO DO PROGRAMA DAPHNE

O comissário europeu António Vitorino esteve presente na reunião da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Oportunidades, para falar sobre a avaliação da revisão intercalar do programa Daphne 2000-2003, feita em documento tornado público há cerca de duas semanas. António Vitorino fez uma breve intervenção sobre a criação e os objectivos do programa Daphne e informou que até 2001, inclusive, este programa financiou 73 projectos, o que, tendo em consideração os projectos financiados entre 1997 e 1999, perfaz um total de 222 projectos até ao momento.

O comissário europeu sublinhou ainda que um dos progressos mais importantes no que respeita a estes projectos são as metodologias inovadoras sob as quais funcionam. Deu, a propósito, um exemplo de um projecto (com parceiros franceses, espanhóis, italianos, portugueses e gregos) que criou um website que fornece instrumentos de formação e de trabalho para os profissionais de saúde para casos de violência doméstica, que teve grande visibilidade não ao nível dos Estados-membros, como também em alguns países de África e das Caraíbas.

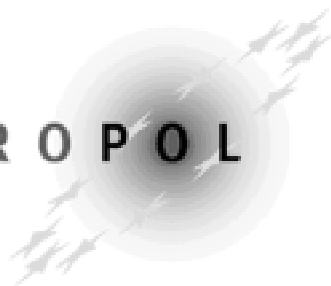
O programa Daphne, recorde-se, resulta de uma decisão do PE e do Conselho, que o adoptou como um programa de acção comunitário (2000-2003) relativo a medidas preventivas de combate à violência exercida contra as crianças, os adolescentes e as mulheres.



SÉRGIO SOUSA PINTO REJEITA

CRIAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS POLICIAIS EUROPEIAS

E U R O P O L



O eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto considera que a obtenção de melhores resultados ao nível do combate à criminalidade na UE não passa pela criação de novas estruturas europeias de cooperação policial, mas antes pelo aperfeiçoamento daquelas que já existem (Academia Europeia de Polícia, Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, entre outras) e pelo alargamento do seu leque de competências.

Por isso, o eurodeputado propõe, num relatório de que é autor, que o Parlamento Europeu rejeite a proposta recentemente avançada pelo Estado espanhol para a criação de um Instituto Europeu de Estudos de Polícia, iniciativa que oferece dúvidas quanto à capacidade de contribuir para uma melhor coordenação neste domínio, bem como receios de uma eventual sobreposição de atribuições.

"A criação do Instituto constitui uma inútil multiplicação de organismos, funcionários e despesas, sem qualquer proveito para a acção da União no domínio do combate à criminalidade e na linha da pior tradição burocratizante da construção europeia", salienta Sérgio Sousa Pinto.

No documento, que já foi objecto de apreciação pela Comissão de Justiça e Assuntos Internos do PE, o eurodeputado socialista afirma que o que deverá ser feito nesta matéria é solicitar à Comissão Europeia e aos Estados-membros a alteração da decisão que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP), por forma a que este organismo possa vir a integrar o Instituto Europeu de Estudos e a desenvolver as actividades que para ele estão previstas. Solução menos dispendiosa e com ganhos significativos ao nível da coerência de todo o sistema, uma vez que as competências da AEP, ao serem alargadas, passariam a abranger a coordenação dos centros de estudos e investigação para a área da segurança dos Estados-membros, função que o Instituto Europeu de Estudos de Polícia iria assegurar.

"A iniciativa espanhola não foi bem recebida pelos países da UE, que lhe fizeram diversas anotações quanto ao conteúdo e possível valor acrescentado", sublinha Sousa Pinto no seu relatório.

"O Instituto parece funcionar no mesmo domínio de actividade que a Academia Europeia de Polícia, não sendo assim oportuna nem desejável a sua criação", acrescenta o eurodeputado. As propostas de Sérgio Sousa Pinto serão votadas pela Comissão de Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu já no próximo mês de Maio.



MARIA CARRILHO EM VISITA OFICIAL À ÍNDIA

A eurodeputada socialista Maria Carrilho está esta semana na Índia, onde cumpre a sua primeira visita oficial na qualidade de presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os países do Sul da Ásia. Durante a sua estada em Nova Deli, Maria Carrilho tem previstos encontros com o ministro dos Negócios Estrangeiros indiano e com membros da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento daquele país.

Esta ronda de contactos tem por objectivos o aprofundamento das relações institucionais entre os parlamentos europeu e indiano e o reforço do diálogo bilateral resultante da Cimeira UE/Índia de Novembro de 2001.

O contraste das primeiras imagens, das cores das roupas sujas, dos olhos daquelas crianças, com os fatos institucionais que se apresentavam por detrás de microfones nas conferências de imprensa era demasiado forte.

FALTA HUMILDADE E CORAGEM À POLÍTICA

ELISABETE AZEVEDO
MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL

Reza a História que fizeram a seguinte pergunta ao Ghandi: à pergunta - "O que é que acha da Civilização Ocidental?" E ele terá respondido respondido: "- Acho uma boa ideia. Deviam tentar criá-la."

Esta resposta tem-me perseguido. Não me considero pessimista, não me reconheço tendências depressivas, e acho que faço parte dos que olham para o copo meio cheio e não meio vazio. E sobretudo acho que sou dos que acreditam que é possível encher a outra metade.

Há umas semanas atrás, estava sentada no meu sofá e ouvi na televisão falar do "isolamento" do Arafat, pela primeira vez. A notícia era acompanhada de imagens de pessoas feridas, de soldados, de tanques, de crianças num ambiente de guerra, e o fechava com as declarações de preocupação de vários senhores líderes mundiais. O contraste das primeiras imagens, das cores das roupas sujas, dos olhos daquelas crianças, com os fatos institucionais que se apresentavam por detrás de microfones nas conferências de imprensa era demasiado forte. E o contraste era, acima de tudo, entre o genuíno e o programado: por um lado, as imagens reais do drama das pessoas; por outro lado, os cenários compostos, com personagens bem apresentadas discursando palavras cuidadosamente selecionadas com todo o cuidado para não melindrar poderes, governos, estados, mas, no fundo, para não se melindrarem a eles próprios. Na altura apeteceu-me escrever para dizer, de dizer isto mesmo. Mas não consegui. Só me lembrava da resposta do Ghandi. Ontem, ao acordar, soube os resultados das eleições em França: Chirac e Le Pen na segunda volta. Não comeci a barafustar contra tudo e contra todos. Não disse, não pensei e também não me questioneei sobre - "o porquê?". Porque muitos dos porquês eu receio conhecer. Quais são? O nosso autismo. Os nossos belos discursos políticos que pouco dizem às pessoas. A cristalização dos nossos hábitos partidários. A nossa arrogância. O politicamente correcto. O ar de sacrifício e de favor dos nossos dirigentes políticos. O clubismo partidário. A linguagem de esquerda imperceptível com os seus clichés intelectualmente elevados. As estratégias guerreiras partidárias. O nosso orgulho nos nossos comícios nas horas-chave dos telejornais, com as nossas bandeiras e cores geometricamente colocadas para as câmaras. Os jovens sentadinhos, porque os partidos têm muitos jovens, muito espontâneos, e é apenas mera coincidência ficarem todos sentadinhos lá

atrás no palco. E de, ao mesmo tempo, as pessoas em silêncio, os tais outros, aos poucos, lentamente, optarem por nos deixarem a falar sózinhos. Começam por não querer saber da política. Depois não votam. E depois um dia votam nuns Le Pens que vão surgindo oportunistas do nosso desleixo. De quantos mais sinais precisamos nós?

E mais uma vez volto à resposta do Ghandi. Porquê é que misturo o conflito do Médio Oriente com a ascensão da extrema-direita na Europa? Porque no fundo estamos a falar da mesma incapacidade. A mesma incapacidade de resolver os problemas das pessoas. As guerras, a imigração, a fome, a Sida, os nacionalismos, o racismo, a criminalidade, a droga. Tudo é política. Falta-nos na política uma atitude humilde, mas corajosa. Falta-nos perceber a complexidade, mas não nos escondemos atrás dela para pouco ou nada fazermos; quebrar regras, libertarmo-nos da prisão mediática do politicamente correcto, fazer da política uma missão e não um sacrifício espelhado nos rostos, falar para as pessoas, transmitir-lhes respostas, confiança, felicidade. Afinal, já os filósofos mais antigos diziam que a política era a busca da felicidade.

REVISTA DE ACÇÃO REGIONAL E LOCAL

Cadernos Municipais

FUNDAÇÃO ANTERO QUENTAL

AV. DAS DESCOBERTAS 17 - RESTELO - 1400-091 LISBOA - T 213013534 F 213015857

A SEMANA PREVISTA

SEG.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, tem agendadas para a próxima segunda-feira, no Largo do Rato, reuniões com as direcções da UGT e da CGTP-in.

TER.

Tem lugar na terça-feira a primeira reunião da Comissão de Revisão dos Estatutos, presidida pelo camarada Vitalino Canas, dia em que também se reúne o Secretariado Nacional.

QUA.

A Concelhia de Lisboa inicia também na terça-feira um ciclo de colóquios sobre "O futuro do PS". Nesta primeira sessão marcada para as 21 horas no auditório do novo edifício da Assembleia da República, são oradores António José Seguro e Eduardo Prado Coelho.

QUI.

É inaugurada no sábado a réplica da ponte Hintze-Ribeiro em Entre-os-Rios, um ano e pouco depois dos trágicos acontecimentos que vitimaram 59 pessoas.

SEX.

Também no sábado, na Universidade Católica de Lisboa, tem lugar a conferência "Por uma globalização solidária, em que serão oradores, entre outros, Bruto da Costa e Seixas da Costa.

SÁB.

A festa da música dá o tom para o fim-de-semana no Centro Cultural de Belém, este ano dedicada a Mozart e Haydn.

DOM.

Nas cidades com universidade são as queimas das fitas que vão animar os dias e as noites da estudantada.

A Europa política vai ter os olhos postos em França onde no domingo decorre a segunda volta das eleições presidenciais.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SEDE NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA
LARGO DO RATO, 2 - 1269 LISBOA
TEL: 21 382 20 00 FAX: 21 382 20 16

ÉVORA
TRAVESSA DA ALEGRIA, 2 - 7000 ÉVORA
TEL: 266 70 22 72 FAX: 266 74 19 24

FARO - FEDERAÇÃO DA REGIÃO OESTE
RUA PRINCESA BENEDITA LT 7 - FR. B-L 3.3
2560 TORRES VEDRAS
TEL: 261 32 35 98 FAX: 261 31 56 20

GUARDA
RUA FRANCISCO PRAZERES, 17 - 6300 GUARDA
TEL: 271 21 29 69 FAX: 271 22 30 37

LEIRIA
RUA MACHADO DOS SANTOS - 2400 LEIRIA
TEL: 244 82 26 62 FAX: 244 82 41 65

LISBOA
RUA S. PEDRO DE ALCÂNTARA, 81 - 1250 LISBOA
TEL: 21 346 19 65 / 21 346 88 86
FAX: 21 342 18 20 / 21 346 20 46

PORTALEGRE
RUA LUIS DE CAMÕES, 13 - 1º - 7300
PORTALEGRE
TEL: 245 20 14 21 FAX: 245 20 32 22

PORTO
RUA SANTA ISABEL, 82 - 4050 PORTO
TEL: 22 605 19 80 FAX: 22 605 19 89



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados